

ELETRICIDADE PARAENSE S.A.							
CNPJ: 07.108.413/0001-33							
Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)							
Ativo	Nota explicativa	2011	2010	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2011	2010
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	157	1.500	Fornecedores	10	9.361	11.534
Contas a receber		87	-	Empréstimos e financiamentos	11	26.405	35.057
Impostos à recuperar	5	2.723	5.272	Obrigações trabalhistas		184	201
Adiantamentos concedidos	6	2.953	1.512	Obrigações tributárias	12	5.583	4.129
		5.920	8.284			41.533	50.921
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	7	29.667	27.474	Empréstimos e financiamentos	11	25.380	20.159
Depósitos vinculados		109	-	Obrigações tributárias	12	2.746	1.529
Impostos à recuperar	5	3.530	3.126	Contingências		26	100
Imobilizado	8	95.998	89.521	Partes relacionadas	7	31.063	30.501
Intangível		189	-			59.215	52.289
Diferido	9	965	1.448	Patrimônio líquido			
		130.458	121.569	Capital social	13.a	20.060	20.060
				Reserva legal	13.b	777	329
				Reserva de retenção de lucros	13.c	11.420	4.857
				Reserva de incentivo fiscal	13.d	3.373	1.397
						35.630	26.643
Total do ativo		136.378	129.853	Total do passivo e do patrimônio líquido		136.378	129.853
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.							
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido							
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)							
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2010		20.060	13	-	251	-	20.324
Reserva de incentivos fiscais - Sudam		-	-	1.397	-	(1.397)	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	6.319	6.319
Reserva legal		-	316	-	-	(316)	-
Retenção de lucros		-	-	-	4.606	(4.606)	-
Em 31 de dezembro de 2010		20.060	329	1.397	4.857	-	26.643
Reserva de incentivos fiscais - Sudam		-	-	1.976	-	(1.976)	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	8.989	8.989
Reserva legal		-	448	-	-	(448)	-
Retenção de lucros		-	-	-	6.565	(6.565)	-
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	(2)	-	(2)
Em 31 de dezembro de 2011		20.060	777	3.373	11.420	-	35.630
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.							
Demonstração do resultado Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)							
	Nota explicativa	2011	2010	Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)			
Receita operacional líquida	14	52.570	49.839	Lucro líquido do exercício		8.989	6.319
Custo dos serviços vendidos	15	(21.414)	(28.898)	Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado operacional bruto		31.156	20.941	Total do resultado abrangente do exercício		8.989	6.319
Despesas operacionais				Total do resultado abrangente atribuível aos:			
Despesas gerais e administrativas	16	(4.215)	(6.081)	Acionistas		8.989	6.319
Depreciação e amortização		(640)	(567)			8.989	6.319
Despesas tributárias	17	(1.225)	(1.188)				
Outras despesas		(107)	(236)				
		(6.187)	(8.072)				
Resultado antes do resultado financeiro		24.969	12.869				
Resultado financeiro	18	(12.360)	(3.930)				
Resultado antes dos impostos		12.609	8.939				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.620)	(2.620)				
		(3.620)	(2.620)				
Lucro líquido do exercício		8.989	6.319				
Lucro líquido por ação de capital no final do exercício (Em R\$)		0,45	0,32				
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.							
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 - (Em milhares de Reais)							
1. Contexto operacional							
A Eletricidade Paraense S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, de capital fechado, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação e comercialização de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A resolução nº 343, de 25 de junho de 2002 autoriza a sociedade a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante exploração de potencial hidráulico denominado PCH Salto Três de Maio, com 25.000 / 30.000 KVA de potência instalada, implantada no rio Três de Maio, na bacia hidrográfica do rio Amazonas. A autorização vigorará até o ano de 2032, podendo ser prorrogado, a pedido da interessada e a critério da ANEEL. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia - MME.							
2. Apresentação das demonstrações contábeis							
2.1. Apresentação das demonstrações contábeis							
- As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A autorização para a conclusão							

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)		
	2011	2010
Lucro líquido do exercício	8.989	6.319
Itens que não afetam o caixa operacional		
Amortização do diferido	483	483
Baixas ativo imobilizado	7.993	5.254
Depreciação	3.498	2.813
Baixas do intangível	22	-
Amortização	30	-
Provisão para contingências	(74)	(2)
	20.941	14.867
Variação nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(87)	-
Depósitos vinculados	(109)	-
Impostos a recuperar	2.145	1.355
Adiantamentos concedidos	(1.441)	957
Fornecedores	(2.173)	(6.823)
Obrigações trabalhistas	(17)	(38)
Obrigações tributárias	2.671	4.235
Outras contas a pagar	-	(600)
	989	(914)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	21.930	13.953
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado	(17.967)	(19.831)
Adições ao intangível	(241)	-
Recursos líquidos absorvidos nas atividades de investimentos	(18.208)	(19.831)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos		
Ajuste de exercícios anteriores	(3)	-
Variação dos empréstimos e financiamentos	(3.431)	42.859
Variação líquida de mútuos com partes relacionadas	(1.631)	(36.019)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	(5.065)	6.840
Varição no saldo de caixa e equivalentes	(1.343)	962
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.500	538
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	157	1.500
Varição no saldo de caixa e equivalentes	(1.343)	962
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		

de provisão para perdas. **3.6. Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7. Ativos circulantes e não circulantes** - São apresentados ao valor de custo, observadas as variações monetárias incorridas, quando aplicáveis, e deduzidos de provisão para refletir o valor de realização, quando necessário. **3.8. Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **3.9. Provisões** - As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passada. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos: **• Ativos contingentes** - trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; **• Passivos contingentes** - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça. **3.10. Imposto de renda e contribuição social** - As receitas de vendas de serviços são tributadas pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, quando estas são destinadas a estados brasileiros quando esta cobrança é determinada pelo seu regulamento, assim como a tributação pelo Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público- Pasep. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Pasep e da Cofins são apresentados deduzindo o custo das mercadorias vendidas na demonstração do resultado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social. **3.11. Passivos circulantes e não circulantes** - Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais incorridas até a data do balanço. **3.12. Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE** - Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela

continua